

UMA BREVE ANÁLISE DA ECONOMIA, ESCRAVIDÃO E MERCADO INTERNO NO BRASIL ENTRE (1787-1836): ÁREA ESPECÍFICA SANTA CATARINA

José Borges Filho

Mestrando em Ciências da Educação - World University Ecumenical

<http://lattes.cnpq.br/1659404849340292>

<https://orcid.org/0009-0003-1818-782X>

E-mail: joseborges0460@gmail.com

Isaac De Souza Avelino

Mestrando em Ciências da Educação - World University Ecumenical

<http://lattes.cnpq.br/1812329637069940>

<https://orcid.org/0009-0004-6867-0542>

E-mail: isouza@hotmail.com

Maria Dinalva Dantas Bezerra

Mestrando em Ciências da Educação - World University Ecumenical

<https://orcid.org/0009-0001-6301-6830>

E-mail: luizgustavoedinalva@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N3-38>

RESUMO: Estas pesquisas de caráter frequentemente quantitativo demonstraram um uso difundido de trabalhadores escravizados na região, a importância deste tipo de propriedade na constituição das fortunas locais e mesmo a presença de empresas escravistas de tamanho razoável ligadas ao setor de abastecimento. Foi à vista destas descobertas que nos lançamos na pesquisa de São José. Freguesia que, embora compartilhando uma origem comum com muitas outras na região, logo viria se destacar economicamente no início do século XIX. O sentido que assumiu este trabalho foi o de valorizar o aspecto econômico da presença de trabalhadores escravizados em São José. Ao fazê-lo, buscamos seguir o percurso indicado por outros trabalhos de uma historiografia catarinense recente que vem reavaliando o papel que os escravizados na região.

PALAVRAS-CHAVE: Economia. Santa Catarina. Escravidão.

A BRIEF ANALYSIS OF THE ECONOMY, SLAVERY AND INTERNAL MARKET IN BRAZIL BETWEEN (1787-1836): SPECIFIC AREA SANTA CATARINA

ABSTRACT: These frequently quantitative studies demonstrated the widespread use of enslaved workers in the region, the importance of this type of property in the constitution of local fortunes and even the presence of reasonable-sized slave companies linked to the supply sector. It was in light of these discoveries that we launched ourselves into researching São José. A parish that, although sharing a common origin with many others in the region, would soon come to stand out economically at the beginning of the 19th century. The meaning of this work was to value the economic aspect of the presence of

enslaved workers in São José. In doing so, we sought to follow the path indicated by other works in recent Santa Catarina historiography that has been reevaluating the role that enslaved people in the region .

KEYWORDS: Economy. Santa Catarina. Slavery.

INTRODUÇÃO

Analisando as relações entre a produção para o abastecimento do mercado interno colonial e o emprego de trabalhadores escravizados chegou-se a conclusão que esse fenômeno não é recente. Há décadas historiadores contrapuseram-se a um entendimento dito “plantacionista” da economia brasileira. Esta linha, representada sobretudo por historiadores associados à escola do “sentido da colonização”, na classificação de João Fragoso e Manolo Florentino, que incluiria historiadores como Caio Prado Júnior e Fernando Novais, tenderia a priorizar o vínculo entre as unidades produtivas agroexportadoras e o mercado externo como chave para a interpretação da colônia, ao prejuízo dos setores internos, cujo dinamismo econômico frágil seria fundamentalmente caudatário daquele outro setor.

Percebendo no caráter colonial e agroexportador daquela economia uma séria limitação à existência de um mercado interno avultado, sobretudo nas zonas rurais, afastadas dos centros urbanos, aqueles historiadores tinham dificuldades em vislumbrar um emprego disseminado de trabalhos escravizados nas lavouras de alimento brasileiras, associando de forma íntima a escravidão à plantation.

O pesquisador Walter Piazza explicita também corrobora com linha de pensamento de outro pesquisadore, como Oswaldo Cabral:

na Capitania, depois Província de Santa Catarina, a escravidão negra não teve as mesmas dimensões de outras partes do Brasil, parcialmente tal se deve ao pequeno número de grandes propriedades agrícolas ou pastoris, o elemento povoador, luso-brasileiro (vicentista) ou luso-açoriano, não possuía grandes recursos financeiros para adquirir expressiva escravaria; [...] e) face à formação, a partir de 1829 e mais intensamente de 1850.

Uma renovação no cenário da historiografia brasileira e em especial na região catarinense a respeito da escravidão começa a se esboçar a partir do final da década de 80, sobretudo com a publicação por estudantes e professores da Universidade Federal de

Santa Catarina da obra Negro em Terra de Branco, já na perspectiva da História Social. O tema torna-se objeto recorrente de estudos sobretudo a partir de meados da primeira década do século XXI. Entre os trabalhos desenvolvidos desde então, encontramos as referências que nos fornecem uma visão alternativa a respeito da formação econômica da capitania e província de Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX (Dauwe, 2011, p. 51-57).

ELEMENTOS DA COLONIZAÇÃO

O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO: MERCADO INTERNO E ESCRAVIDÃO

Com base nas análises, se a sociedade colonial brasileira, no seu desenvolvimento histórico, não poderia ser compreendida sem fazer-se referência a sua célula fundamental, tampouco ela tampouco poderia sê-lo sem ter-se em mente que a economia colonial não era uma realidade encerrada em si mesma, que existia por si só. Com isso, desde seu surgimento, a colônia estaria inserida em um movimento histórico mais amplo que imprimiria determinado sentido a seu desenvolvimento. Ou seja, colônia, mercado interno, sistema dominante e escravidão não estariam indissociáveis, pois eram estes elementos que davam vida ao sistema colonial.

Podemos aqui acrescentar outros três elementos constitutivos daquele período, são eles – A Grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Estes elementos constituintes da grande exploração rural, da plantation. Em outras palavras, esta seria a célula fundamental da economia agrária brasileira que constituiria a própria base sobre a qual assentaria-se toda a estrutura econômica e social da colônia. Sem estas estruturas em funcionamento, a colônia escravocrata, não funcionaria de forma plena, tanto no Brasil quanto em outros países mundo afora.

Vários documentos do período (cartas, relatos, planilhas de entrada, saída e venda de escravos) trazem informações sobre esse período colonial brasileiro, na medida em que permite ao historiador acessar aspectos da vida de indivíduos de potencialmente todos os setores da sociedade. Por exemplo, os africanos escravizados trazidos ao Brasil eram,

assim como indivíduos livres, batizados e registrados nos livros de registro de batismos das paróquias quando chegavam no país.

Estes documentos deviam conter a “data do evento, nome completo do batizando, nome dos pais, filiação legítima ou ilegítima, local de residência dos pais ou responsáveis, o nome de pelo menos um padrinho (melhor dois), a assinatura do sacerdote” (Bassanezi, 2009, p. 147). No caso dos escravizados, registrava-se o nome do senhor e, por vezes, a idade, nação de origem e cor. Trata-se de um conjunto de dados passíveis de quantificação e que nos fornecem informações valiosas a respeito de uma população e sua evolução temporal. A respeito das fontes desta natureza, Maria Silvia Bassanezi aponta que

Pela sua abrangência temporal, os registros vitais ajudam também no entendimento dos processos sociodemográficos, das permanências e mudanças. Que tendências seguiram no decorrer do tempo, ou seja, como evoluíram as taxas de natalidade, nupcialidade e mortalidade, a disseminação de doenças, o celibato, as escolhas matrimoniais, a idade ao casar, as migrações, as relações sociais (Bassanezi, 2009, p. 143).

Trazemos aqui informações sobre os registros de batismo sobretudo como uma prática do tráfico de pessoas escravizadas para a freguesia de São José, fornecendo informações mais precisas a respeito das variações anuais da chegada destes indivíduos, que os mapas de população, em virtude das lacunas por vezes longas entre cada recenseamento, não permitem deduzir. Mesmo todo nosso cuidado em verificar diversos documentos, chegou à conclusão que seria impossível colher com precisão os números de escravos que entraram ou saíram ou foram batizados durante o Brasil colônia.

Não obstante tais considerações, as variações no número de batizados, sobretudo quando relacionadas a outros dados censitários disponíveis e comparadas com os achados de outras paróquias em Santa Catarina, permanecem um indício importante das flutuações do tráfico.

Para explorar outros aspectos da economia e escravidão de São José no período recorreu-se também aos registros de sesmarias do governo da Capitania de 1753 a 1825. Esta fonte nos fornece informações a respeito do sentido da ocupação do território da freguesia e sua relação com a elite desterrense, e a um conjunto de onze inventários disponíveis para a segunda e terceira décadas do século XIX, que nos permite adentrar nas unidades produtivas e explorar a composição de seus patrimônios, as atividades

econômicas desenvolvidas e a difusão do emprego de cativos. Com este conjunto de fontes esperamos contribuir para o preenchimento da lacuna de estudos sobre a economia josefense no período referido, bem como para o avanço do conhecimento sobre a escravidão e o mercado interno em Santa. Esses elementos se assemelham aos acontecidos em outras capitâneas do Brasil colônia.

Se em sua face externa, a economia colonial mostrava-se altamente mercantilizada, internamente, o cenário seria dominado pela economia natural e pela produção para o autoconsumo. O elemento dinâmico desta economia, ainda que tal dinâmica fosse externamente determinada, seria aqueles ligados ao primeiro setor, isto é, às grandes unidades de exploração escravistas. O restante das atividades produtivas desenvolvidas seriam “subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras (seto exportador). Não têm vida própria, autônoma, mas acompanham aquelas, a que se agregam como simples dependências” (Prado Jr., 2011, p. 135). A baixa produtividade, a existência precária e o estado quase sempre vegetativo em que se encontrariam daí resultariam.

Subsistindo, portanto, em nível tão baixo, seria difícil vislumbrar a possibilidade de tal setor empregar uma escravaria volumosa. Como uma imagem negativa das plantations, as lavouras produtoras de alimento seriam em geral pequenas unidades que se aproximam do tipo camponês europeu em que é o proprietário que trabalha ele próprio, ajudado quando muito por pequeno número de auxiliares, sua própria família em regra, e mais raramente algum escravo. É possível perceber aqui a associação estreita entre o emprego do trabalho escravo e a atividade agroexportadora no pensamento pradiano. Estas pequenas unidades produtivas vicejariam sobretudo na proximidade dos centros urbanos que lhes forneceriam um mercado consumidor. Fora destes espaços, a produção de alimentos daria-se no interior das plantations, sendo realizada por iniciativa do proprietário ou pelos escravizados, nas roças cedidas pelo senhor.

Esta internalização das atividades de subsistência resultaria na autossuficiência quase total destas unidades e a conseqüente debilidade do mercado interno. Alicerçando, portanto, sua interpretação da economia colonial em suas conexões externas e no trinômio grande propriedade, monocultura e trabalho escravo, Caio Prado Jr. inaugurou uma

potente chave interpretativa para a história brasileira, tornando-se referência incontornável nas discussões historiográficas que se desenvolveram nas décadas seguintes. A idéia de sentido da colonização permitiu uma compreensão da história brasileira que ultrapassava a mera descrição de acontecimentos em direção a uma efetiva reconstrução histórica, capaz de apreender o movimento através da noção de totalidade. A totalidade é entendida como o meio(s) pelos quais o sistema colonial era organizado e poderia funcionar de acordo com as regras da metrópole.

ainda que a expansão das plantations fosse inteiramente dependente dos estímulos externos, a reprodução diária destas unidades pouco dependeria destes mercados. Em momentos de queda acentuada dos preços dos gêneros exportados, as plantations entrariam em um longo período de definhamento e descapitalização, sem, contudo, entrar em crise. Isto porque em conjunturas desfavoráveis, os senhores de engenho realocariam os escravizados das atividades relacionadas à agroexportação para as atividades de subsistência e manutenção. Tal movimentação garantiria a sobrevivência da unidade produtiva operando com grande capacidade ociosa.

Inversamente, em momentos em que os preços internacionais justificassem a inversão produtiva, a capacidade ociosa seria rapidamente ocupada e as plantations expandiriam-se horizontalmente incorporando sempre mais fatores de produção. Neste cenário também a mudança no ritmo do comércio externo não provocaria mudanças estruturais na colônia. A renda gerada pela atividade produtiva concentrava-se nas mãos do senhor, proprietários dos fatores de produção, que a revertia em gastos de consumo de produtos importados, ou era revertida na aquisição de mais escravizados e bens de produção. Em ambos os casos, "o fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em conjunto, e o exterior (Furtado, 2005, p. 66)", reforçando o vínculo desta economia com os mercados externos sem estimular o desenvolvimento do interno.

AS UNIDADES DE EXPLORAÇÃO E A ESCRAVIDÃO

Malgrado seu potencial explicativo, este enfoque nas grandes unidades agroexportadoras escravistas e nas determinações externas da economia, presentes em

trabalhos como os de passa a ser crescentemente questionado por alguns pesquisadores a partir da década de 70. Para seus críticos, esta visão “plantacionista” da sociedade colonial, ao deixar em segundo plano as atividades e grupos sociais não diretamente envolvidos com o mercado externo, seria insuficiente para explicar a própria realidade colonial. Estes historiadores buscaram explorar temas pouco desenvolvidos pela historiografia anterior e puseram em questão alguns de seus lugares comuns.

A noção de que os engenhos seriam unidades produtivas essencialmente autossuficientes e cujo vínculo dava-se quase exclusivamente com o exterior é certamente um deles. As pesquisas de Stuart Schwartz sobre os engenhos baianos apontavam para um cenário diverso. Segundo este autor, as áreas de grandes lavouras açucareiras foram apontadas como exemplos clássicos de economias de enclave, nas quais a monocultura agrícola de exportação produziu apenas um impacto mínimo sobre as economias regionais ou nacionais. No caso baiano, é difícil comprovar-se essa interpretação. Os fluxos de renda dos engenhos para outros setores da economia através da aquisição de gêneros alimentícios, mão-de-obra qualificada, madeira e outros suprimentos representavam grandes transferências de recursos (Schwartz, 1985, p. 205).

No Engenho de Sergipe do Conde, por exemplo, um dos maiores do Recôncavo, os custos relacionados à aquisição de alimentos representavam em média 13,1% das despesas totais. Em outros engenhos, o valor poderia atingir 30% do total. Descobertas como essa apontavam para a existência de um mercado interno muito maior e mais dinâmico do que antes se supunha e a possibilidade de novas formas de interação entre os setores agroexportadores e a produção de alimentos para o abastecimento. Verdade, a dependência da aquisição de alimentos no mercado interno poderia ser, em muitos casos, uma escolha dos grandes proprietários. Interessados em encurtar ao máximo o retorno sobre seu investimento em escravizados, os senhores poderiam terceirizar a tarefa de produzir alimentos e alocar as terras e os cativos em atividades mais rentáveis. Desta maneira, a existência deste setor rural ligado ao mercado interno “fornecia a base de abastecimento que permitia a expansão da agricultura escravocrata de exportação.

Na região centro-sul, nas décadas finais do período colonial, o volume de produtos movimentados pelo comércio interno atingiu uma escala considerável. O centro da rede

comercial que conectava os diferentes espaços na região centro-sul era a cidade do Rio de Janeiro, que juntamente com Salvador, era um dos principais centros urbanos na colônia e seu principal porto. Para esta praça afluíam tanto alimentos para o abastecimento interno quanto produtos para a exportação. A comparação entre o valor total do charque, trigo e farinha, produtos de consumo local, e do açúcar que entraram no porto do Rio de Janeiro nos dão uma dimensão da importância deste negócio. Tal autonomia pressupunha o acesso abundante a três fatores de produção: terras, mão-de-obra e alimentos. Seu baixo preço permitia que, em conjunturas econômicas desfavoráveis à exportação, as plantagens continuassem a expandir-se compensando o menor retorno por cada unidade de produto exportada por um maior volume produzido. O custo socialmente baixo destes fatores explica-se, segundo os autores, pela existência de

Uma fronteira aberta, um mosaico de produções não-capitalistas que garantiam o abastecimento interno; além do crescimento do tráfico atlântico de escravos, continuamente alimentado por sua vinculação estrutural à produção da diferenciação social na própria África subsaariana (Fragoso; Florentino, 2001, p. 20).

Este mosaico de relações de produção não-capitalistas constituía-se de unidades produtivas espalhadas por toda a região centro-sul da colônia articuladas à praça do Rio de Janeiro e dedicadas a seu abastecimento e o das plantations do sudeste. Estas unidades seriam caracterizadas por uma pluralidade de relações de produção, como o trabalho camponês livre, o trabalho escravo e a peonagem. Entre os arranjos possíveis, os autores apontam para a associação entre o trabalho escravo e a força de trabalho familiar, encontrando-se por toda região sul e sudeste uma imensa parcela da escravaria em posse do que os autores chamam de senhores camponeses.

A freguesia de São José da Terra Firme, no litoral catarinense, era uma pequena peça destes mosaico produtivo não-capitalista, conjugando o trabalho camponês ao trabalho escravo na atividade de abastecimento interno da colônia. Se, por um lado, o mercado interno era central na reiteração relativamente autônoma da sociedade colonial, por outro, também era o espaço fundamental de acumulação para uma elite mercantil residente que monopolizava as atividades comerciais mais rentáveis na colônia.

A acumulação realizada não permanecia, contudo, circulando nas atividades comerciais. Num movimento aparentemente contraditório, do ponto de vista de uma racionalidade econômica capitalista, parte do valor acumulado era reinvestido nas atividades produtivas menos rentáveis, diga-se, em grandes propriedades escravistas, completando, neste processo, a reprodução da sociedade escravista. O paradoxo se desfaz quando compreende-se, como apontam os autores, tratar-se a América Portuguesa de uma sociedade de Antigo Regime, marcada por “forte ideal aristocratizante, identificado ao controle de homens e à afirmação de certa distância em face do mundo do trabalho (Fragoso; Florentino, 2001, p. 232)”.

Nesta perspectiva, portanto, a produção de alimentos para o mercado interno passava de um setor secundário e acessório para um dos elementos centrais que possibilitavam a reprodução de um tipo particular de sociedade e garantia um determinado grau de autonomia interna frente às flutuações do comércio internacional. Alimentando, portanto, cidades, frotas, exércitos e plantations, os lavradores inseridos no mercado interno encontraram um crescente mercado para sua produção que permitiu-lhes capitalizar-se e adquirir escravizados, formando uma importante classe de pequenos proprietários que agregavam a mão-de-obra cativa ao trabalho familiar em suas lavouras. Na freguesia de São José da Terra Firme, assim como em outras vilas e freguesias do litoral catarinense durante o período colonial e nos anos logo após a Independência, encontramos um cenário não muito diferente. Contudo, a produção historiográfica sobre Santa Catarina por décadas ignorou ou menoscabou a importância econômica destes trabalhadores. Tais considerações frequentemente decorriam, como veremos, da percepção de uma incompatibilidade entre as atividades econômicas desenvolvidas no litoral catarinense, durante os séculos XVIII e XIX, e a prática da escravidão.

ESCAVIDÃO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

DIFERENTES PONTOS DE VISTAS HISTÓRICOGRÁFICOS

A historiografia tradicional catarinense: plantacionismo e a escravidão marginalizada. Caio Prado Jr. não deixou de comentar a respeito da organização

econômica de Santa Catarina. Reiterando uma noção que será cara à historiografia tradicional catarinense, o autor salienta o caráter diferenciado da colonização do litoral catarinense:

Encontra-se aqui qualquer coisa de inteiramente diverso e singular na fisionomia do Brasil. Não preciso repetir o que já lembrei acima: a pequena propriedade domina inteiramente, o escravo é muito raro, a população é etnicamente homogênea. Nenhum predomínio de grupos ou castas, nenhuma hierarquia marcada de classes. Trata-se em suma de uma comunidade cujo paralelo encontraremos apenas nas colônias temperadas da América, e foge inteiramente às normas da colonização tropical, formando uma ilha neste Brasil de grandes domínios escravocratas ou seus derivados (Prado Jr., 2011, p. 285).

A pequena propriedade domina e o escravo é muito raro, o inverso exato da grande propriedade e da escravaria abundante. A historiografia tradicional catarinense, buscando explicar o “sucesso” do Estado relativamente ao fracasso percebido da nação brasileira, alicerçou sobre estas bases sua compreensão a respeito da natureza da sociedade catarinense nos séculos XVIII e XIX. Neste sentido, como aponta Ângelo Renato Biléssimo, Santa Catarina é vista como

a negação da experiência social brasileira. Por esta aproximação, particularidades históricas impediram que se fixasse de maneira permanente o trabalho cativo — e com eles as populações de origem africana — na região, que teria encontrado sua vocação econômica com a chegada dos imigrantes europeus da segunda metade do século XIX, cujo símbolo principal seriam as comunidades alemãs do Vale do Rio Itajaí. Esta negação da presença do africano e de seus descendentes em Santa Catarina se dá em uma forte corrente ideológica que tem com objetivo valorizar a presença do trabalhador livre europeu na formação econômica e social - e, para alguns, na composição dita “racial” - do hoje Estado, um “branqueamento” na história da região (Biléssimo, 2010, p. 32-33).

Ademais, como indica a citação acima, a despeito da valorização do elemento branco europeu, a dinamização econômica da região daria-se somente a partir da segunda metade do século XIX, com a chegada mais maciça de alemães e outros imigrantes do velho continente, excluindo-se daí os fluxos migratórios lusos anteriores. Tal fato liga-se à percepção, presente em alguns historiadores, de que a condição econômica dos açorianos e seus descendentes na região seria frágil, voltada à subsistência ou mesmo plenamente decadente. Em virtude disto, a possibilidade de que as unidades produtivas adquirissem cativos era tida como baixa.

A contradição entre o predomínio das pequenas e médias lavouras de alimentos e a presença de escravizados na agricultura é exposta de forma clara nos trabalhos de Oswaldo Cabral. Para o autor, no litoral catarinense, durante o período colonial

Nenhum domínio se encontra, então, da mesma categoria daqueles latifúndios cafeeiros e açucareiros existentes mais ao norte, nenhuma produção em larga escala, nenhum trabalho intensivo a exigir o maior emprego do braço escravo e a obrigar a caça ao silvícola para o seu internamento e aproveitamento no latifúndio (Cabral, 1994, p. 205).

Já a pequena produção familiar supostamente malograra, muitos dos lavradores havendo mudado de ofício: Verifica-se então que os remanescentes que continuaram ligados à terra, cada vez mais fragmentada pelas sucessões, dividida entre herdeiros com baixa produção e quase todos voltados para o plantio de mandioca, que se desenvolvia bem e cuja farinha tinha sempre mercado, não pode prosperar, não ignorar, como expõe a citação, o peso econômico da produção da farinha de mandioca no litoral catarinense e a importância de seu mercado.

Na Capitania, depois Província de Santa Catarina, a escravidão negra não teve as mesmas dimensões de outras partes do Brasil; parcialmente tal se deve ao pequeno número de grandes propriedades agrícolas ou pastoris; o elemento povoador luso-brasileiro (vicentista) ou luso-açoriano, não possuía grandes recursos financeiros para adquirir expressiva escravaria. A associação entre escravidão e agroexportação torna-se aqui explícita, Piazza aponta que A escravidão negra se insere no contexto brasileiro a partir do Alvará Régio de 29 de março de 1549, que autorizava os “senhores de engenho” a importarem até 120 escravos da Guiné e da Ilha de São Tomé para cada engenho em funcionamento. Liga-se desta forma, indubitavelmente, à economia canvieira o fenômeno da escravidão africana.

Aujor Ávila da Luz aponta que “Santa Catarina foi sempre uma província pobre e por isso de fraca população negra, pois seus senhores não dispunham de bastante dinheiro para comprar os escravos necessários (Luz, 2000, p. 227)”. Não obstante tais considerações, não era negada a presença de escravizados na região. O emprego desses escravizados, na visão destes historiadores, concentraria-se em outras atividades econômicas, como o trabalho doméstico, o comércio ambulante, as atividades portuárias e marítimas. Trataria-se, em suma, de uma escravidão mais urbana. Como aponta Cabral

O elemento escravo em Santa Catarina não teve, como em outras regiões do país, emprego nas fainas agrícolas, só muito raramente aqui, nelas empregado. As principais fainas a que foram destinados prendiam-se ao trabalho nas Armações das Baleias e sua pesca e nas do tráfego marítimo, sendo numerosos os que, marinheiros, eram empregados pelos seus senhores nas embarcações que existiam na Província. Como empregados domésticos e das casas de negócio de seus senhores se ocupava a maioria - carregadores, estivadores, jornaleiros, serventes, encarregados da limpeza das casas, lavadores de vidros e de casa, vendedores ambulantes, operários de várias classes, como pedreiros, carpinteiros, pintores etc. (Cabral, 1994. p 167).

No mesmo sentido, para Piazza, empregaria-se a “escravaria para serviços domésticos ou urbanos, em sua maior parte, além daqueles dedicados à marinharia, e ao pastoreio (Piazza, 1975, 219)”.

A ESCRAVIDÃO CATARINENSE PELO OLHAR DE SEUS CONTEMPORÂNEOS

Contrariando tais considerações, viajantes que visitaram a região entre meados do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX não deixaram de salientar, por vezes de maneira exagerada, a importância do trabalho escravo na economia catarinense. Já em 1763, poucos anos após o início da imigração açoriana, o francês Antoine Pernetty, membro de uma expedição que dirigia-se às ilhas Malvinas e arribara na ilha de Santa Catarina apontava que “Os habitantes, homens e mulheres, vivem numa grande ociosidade, e deixam aos seus escravos o cuidado da limpeza e arrumação e o pouco trabalho que se faz na região (PERNETY, 1984, p. 89)”. Entre 20 de dezembro de 1803 e fevereiro de 1804, visitou a região o naturalista alemão Georg Heinrich von Langsdorff. Durante sua estadia, registrou alguns aspectos interessantes a respeito da escravidão na então capitania. Segundo o viajante

A quantidade de escravos negros de ambos os sexos que se vêem aqui é estranho aos olhos desacostumados de um europeu qualquer. [...] São principalmente estes infelizes que tratam da lavoura e executam os trabalhos mais pesados. A riqueza dos moradores daqui é avaliada, em geral, pelo número de escravos que eles possuem (Langsdorff, 1984, p. 176-177).

Mais do que um marcador de posição social, a propriedade de escravizados também revelava-se, para Langsdorff, um investimento produtivo com bom retorno e

aplicações variadas. Tais trabalhadores eram mais valorizados, como indica o naturalista, na medida em que pudessem ser melhor aproveitados na lavoura, na pesca e em outros ofícios produtivos:

Um negro jovem e sadio custa no Brasil, aproximadamente, até 150 táleres espanhóis. Caso tenha experiência nos serviços da lavoura ou entenda de um ofício e da língua portuguesa, o preço se eleva, de acordo com a habilidade que possui; e muitos representam um valioso capital que rende muitos por cento anualmente, pois se deve considerar que tudo o que estes escravos ganham como diaristas ou operários pertence não a eles, mas a seu patrão, e que podem ser alugados por seus donos para serviços na lavoura, para remar, pescar, construir, etc.; por um preço de acordo com seu trabalho bem semelhante ao que se faz na Europa com os animais (Langsdorff, p. 177).

Em 12 de dezembro de 1815, outro naturalista aportou na Ilha de Santa Catarina. Visitando a região no momento do auge do comércio de escravizados para a província, Louis-Charles-Adelaide Chamisso de Boncourt apresenta em seu relato uma dinâmica da economia escravista catarinense muito distante daquela retratada por alguns historiadores:

O tráfico de escravos ainda florescia aqui. Só o governo de Santa Catarina necessitava, anualmente, de uma quantidade de cinco a sete navios negreiros, cada um com uma média de cem negros; eram usados em substituição "aos que morriam cada ano nos serviços da lavoura. Os portugueses importavam os negros de suas colônias do Congo e Moçambique. O preço de um homem, na flor da idade, comportava entre 200 a 300 piastras. A mulher tinha menor valor. Parecia mais vantajoso, e era preferível, consumir o mais rápido a força de cada criatura para substituí-la logo por nova compra, do que tê-la em casa por muito tempo (Chamisso, 1984, p. 252).

A se crer na descrição do viajante, encontramos aqui uma economia catarinense, à época essencialmente ligada ao mercado interno, cujo funcionamento demandava a importação de centenas de africanos todos os anos. Tais cifras podem parecer exageradas dada a natureza da produção na região. Contudo, embora não se saiba com exatidão os números do tráfico para a província, há registros nos códices de polícia da Corte que demonstram os grandes volumes de escravizados destinados à capitania. Em 1823 e 1824, como aponta André Passos, entraram, respectivamente, pelo menos, 559 e 572 cativos nos portos catarinenses. Na década seguinte, com o abrupto declínio do tráfico de escravizados para Santa Catarina, após a promulgação da Lei de 7 de novembro de 1831,

a ausência dessa flexível fonte de trabalhadores para a lavoura não deixou de chamar a atenção das lideranças políticas catarinenses. Em 1836, em sua fala à Assembléia Legislativa da Província, o presidente Albuquerque Cavalcante salienta a relativa escassez da força de trabalho na província.

A natureza, entre os dons de que foi pródiga com este país abençoado, o favoreceu com um clima além de benigno, próprio para quase todas as produções de ambos os hemisférios. A população, porém, não é proporcionada à extensão do território; faltam-nos braços que façam valer este torrão precioso até agora em grande parte improdutivo por inculto (Cavalcante, 1836, p. 11).

Compreende-se no depoimento do (Presidente), que o crescimento da força de trabalho não acontecia somente no local, mas pela fluidez de imigrantes, forçados ou por vontade própria. Em 1835, a solução ao tráfico segundo Albuquerque Cavalcante, no velho continente.

Estes braços, estes auxílios só nos podem vir da Europa, onde a população superabunda, e onde as Artes têm chegado ao maior apuro. Cumpre, pois, que por meio das colonizações chamemos ao nosso país homens ativos e industriosos, e supramos com braços livres esses inertes e aviltados pelos ferros da escravidão que nos fornecia o abominável tráfico de carne humana (Cavalcante, 1836, p. 11).

No ano posterior, ao falar na Assembléia Legislativa da Província a respeito das necessidades e das necessidades de se tomar medidas relativas à colonização, o novo chefe provincial, José Joaquim Machado de Oliveira, reafirmou que haveria necessidade de se completar as lacunas deixadas pela falta de trabalhadores imigrantes deixadas pela falta de mão-de-obra escrava.

Parece, senhores, por esta forma poder-se-á conseguir, que se aumente a massa dos produtores, prevenindo a falta de braços escravos, que vai-se já sensivelmente reconhecendo. A nossa indústria agrícola precisa de um impulso benéfico para que não caia em desfalecimento com a cessação do tráfico de escravatura (Oliveira, 1837, p. 14).

Em 1841, novos problemas voltam a acontecer, segundo o então presidente Ferreira de Brito: “extinto de direito, e devemos esperar que o seja também de fato, o tráfico impolítico e inhumano de escravos, cumpre atrair ao país por meio da colonização

homens que se dediquem ao trabalho com o ardor que inspira a esperança de fruí-lo (Brito, 1841. p. 11)”.

O MERCADO INTERNO VALORIZADO

Percebe-se então que a escravidão em Santa Catarina seria um caso secundário, vestigial e meramente marginal, compartilhada por parte da historiografia tradicional catarinense, não era, portanto, em nada evidente para muitos dos que visitaram ou governaram a capitania e província.

A historiografia mais atual fala a respeito do tema, fazendo uso de inventários, listas nominativas, registros de batismo, dentro de uma abordagem quantitativa, vem apontando aspectos da escravidão catarinense que revelam um emprego mais disseminado e importância econômica maior do que anteriormente se atribuía. Um dos casos mais comentado é o da freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão é paradigmático. Situada no sul da ilha, a localidade apresentava características compartilhadas por outras freguesias do litoral catarinense.

Foi uma região de ocupação açoriana na segunda metade do século XVIII e possuía uma economia mesclada que incluía o cultivo de mandioca, cana, milho, feijão e café, tendo como principal produto a produção da farinha deste primeiro gênero, realizada em diversos engenhos localizados em seu território.

De acordo com o mapa de população elaborado durante o governo do presidente Antero José Ferreira Brito a freguesia no ano de 1840 contava com 563 escravizados sobre uma população de 2.134 pessoas, perfazendo, portanto, cerca de 26% do total. Embora tal proporção seja inferior à registrada em outras regiões do país, sobretudo nos tradicionais centros agroexportadores escravistas, como o Rio de Janeiro, que em 1823 tinha mais da metade de sua população composta por escravizados, cerca 54% (Botelho, 2005, p. 77).

Embora os números absolutos de escravizados fossem relativamente reduzidos, sua propriedade encontrava-se disseminada por um número importante de unidades produtivas. Em 1843, 40% das famílias da Lapa do Ribeirão empregavam escravizados.

Deve-se pontuar, ademais, que o crescimento rápido do número de cativos que se verificou nas primeiras décadas desacelerou-se a partir da década de 1830, com a redução do tráfico. Como pode identificar a autora, “a partir de 1832 o número de batizados africanos cai bruscamente, tendo poucas ocorrências em 1833, 1834 e 1835, praticamente desaparecendo a partir desta data” (Zimmermann, 2004, p. 13). Em 1820, conforme um mapa desta mesma data, no auge do tráfico, os escravizados representavam quase um terço da população, contando 582 indivíduos sobre uma população de 1828 habitantes, implicando que uma parcela ainda maior das famílias tivesse acesso aos cativos.

Outras localidades no litoral catarinense apresentavam um cenário similar. Na vizinha freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, as análises em inventários post-mortem demonstraram que 60% dos inventariados, na década de 1870, possuíam de 1 a 8 escravizados, indicando a existência de “um mundo de senhores donos de pequenos grupos de escravos pulverizados pelas propriedades” (Bastos, 2013, p. 79). Ana Carla Bastos aponta ainda que

Os dados dos batismos na Lagoa sugerem que, ao longo dos primeiros cinquenta anos de ocupação, o cultivo diversificado dos alimentos indispensáveis à sobrevivência da família (com destaque para a produção da farinha de mandioca), além de assegurar a autossuficiência doméstica, também foi capaz de gerar excedentes que podiam ser comercializados. A renda obtida com a venda dos excedentes permitiu que algumas famílias se tornassem proprietárias de escravos; e o crescimento do número de batismos verificado década após década demonstra que foram se tornando mais propícias as condições para que se adquirissem e mantivessem escravos e escravas (Bastos, 2013, p. 77).

Passando da ilha ao continente, em São Miguel da Terra Firme, freguesia, mais tarde vila, no termo de vila de Desterro, Fernanda Zimmermann, usando estas mesmas fontes, pode identificar novamente o emprego disseminado de escravizados em pequenos plantéis. Entre os anos de 1830 e 1849, 87% dos inventários de São Miguel contavam com escravizados. Similarmente às outras freguesias, a estrutura de posse indicava o predomínio dos pequenos proprietários: 60% deles possuíam de 1 a 5 cativos, 30% possuíam entre 6 e 10, e 10% deles, mais de 11 (Zimmermann, 2011, p. 104).

A natureza da economia da região não impediu alguma concentração na propriedade dos escravizados, o primeiro grupo, embora mais numeroso, detinha 27,38% dos cativos. O segundo grupo concentrava a maior parte dos escravizados, 46,31% do total. A última faixa, com os maiores plantéis, controlava 26,31% dos cativos. Dez por cento dos senhores em São Miguel detinham quase o mesmo número de escravizados que 60% dos proprietários (Zimmermann, 2011, p. 105). A autora também pôde demonstrar a importância de tais investimentos na composição do patrimônio dos inventariados. Nas décadas de 1830 e 1840, os escravizados compunham mais de 50% do valor dos inventários. Neste período, representavam, em São Miguel, um investimento superior mesmo às casas, terras e engenhos, que ocupavam o segundo lugar nos inventários (Zimmermann, 2011, p. 96).

A propriedade de escravizados era particularmente importante nas pequenas e médias fortunas. Ao passo que, entre os mais abastados, os investimentos diversificavam-se e passavam a concentrar-se em imóveis, sem, contudo, prescindir, em nenhum caso, da mão-de-obra escrava. Nas classes intermediárias, sobretudo, há uma ampla prevalência dos cativos na composição das fortunas.

A importância dos escravizados nas fortunas locais pode ser percebida nos inventários. Entre 1799 e 1859, os cativos representavam 38,6% dos valores arrolados, superando, como em São Miguel, os investimentos em terras e engenhos. Nesta vila portuária, como indica o autor, “tem-se uma sociedade que assentava sua riqueza urbana sobre o uso da escravidão nos ambientes rurais” (Passos, 2021 p. 164).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Similarmente ao que se passou no restante do estado, a memória josefense centrou-se no papel do imigrante em sua constituição. Não tratava-se, contudo, de qualquer imigrante. O Monumento aos Açorianos, na praça do centro histórico de São José nos revela quem seriam os protagonistas desta história. Em grande medida, este trabalho também buscou valorizar o papel de um grupo de imigrantes que vieram forçados para a região: os africanos escravizados. Necessidade acrescida de importância na medida

em que os trabalhos historiográficos que tratam sobre a história da cidade abordam de forma superficial o tema.

O sentido que assumiu este trabalho foi o de valorizar o aspecto econômico da presença de trabalhadores escravizados em São José. Ao fazê-lo, buscamos seguir o percurso indicado por outros trabalhos de uma historiografia catarinense recente que vem reavaliando o papel que os escravizados na região.

Como analisamos nos dois primeiros capítulos deste trabalho, certo entendimento da economia colonial que centrava suas análises nas ligações entre as grandes unidades produtivas e os mercados internacionais ao frequente prejuízo do estudo das dinâmicas do mercado interno deu lugar a uma reavaliação da importância da dinâmica interna da colônia e, sobretudo, a capacidade desta de gerar circuitos comerciais que permitiam às pequenas e médias lavouras ligadas ao abastecimento interno ter amplo acesso à força de trabalho escravizada.

Em Santa Catarina, estas atividades econômicas sobretudo a produção de farinha de mandioca, que a historiografia tradicional atribuiu como fator de estagnação e explicação de uma suposta ausência do emprego de escravizados para além de poucos setores, foi revalorizada como elemento de dinamização econômica e inserção da região nos circuitos econômicos do Atlântico que possibilitavam por sua vez um emprego crescente de escravizados.

Estas pesquisas de caráter frequentemente quantitativo demonstraram um uso difundido de trabalhadores escravizados na região, a importância deste tipo de propriedade na constituição das fortunas locais e mesmo a presença de empresas escravistas de tamanho razoável ligadas ao setor de abastecimento. Foi à vista destas descobertas que nos lançamos na pesquisa de São José. Freguesia que, embora compartilhando uma origem comum com muitas outras na região, logo viria se destacar economicamente no início do século XIX.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de. A. O Brasil no Comércio Colonial. São Paulo: Editora Ática, 1980.

BORGES FILHO, J.; AVELINO, I.S.; BEZERRA, M.D.D. Uma breve análise da economia, escravidão e mercado interno no Brasil entre (1787-1836): área específica Santa Catarina. **Revista Eletrônica Amplemente**, Natal/RN, v. 3, n. 3, p. 488-507, jul./set., 2024.



BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: BASSANEZI, Carla Pinsky; DE LUCA, Tânia Regina, organizadoras. O historiador e suas fontes. São Paulo: Editora Contexto, 2009,

BASTOS, Ana Carla. Escravidão nos Engenhos de Farinha da Lagoa da Conceição. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. História Diversa: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

BILÉSSIMO, Angelo Renato. Grandes fortunas em Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888. Dissertação (mestrado em história) - Universidade de Lisboa, 2010.

BOTELHO, Tarcísio R. População e espaço nacional no Brasil do século XIX. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 7, n. 8, p. 67-83, 2º sem. 2005.

BRÜGGEMANN, Adelson André. Ao poente da Serra Geral: a abertura de um caminho entre as capitanias de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008

CABRAL, Oswaldo R. História de Santa Catarina. 3a ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

CARDOSO, Fernando; IANNI, Octavio. Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Negros em Desterro: Experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

DAUWE, Fabiano. Os estudos sobre escravidão em Santa Catarina. In: FLORES, Maria Bernadete Ramos; BRANCHER, Ana Lize, organizadoras. Historiografia: 35 anos. Letras Contemporâneas: 2011.

FARIAS, Vilson Francisco de. São José - 256 anos: em busca de raízes, 2ª edição. São José: Ed. do autor, 2006.

FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre África e Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João. Homens de grossa aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p 166-167.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 32ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. GERLACH, Gilberto; MACHADO; Osni. São José da Terra Firme. São José: Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, 2007.

BORGES FILHO, J.; AVELINO, I.S.; BEZERRA, M.D.D. Uma breve análise da economia, escravidão e mercado interno no Brasil entre (1787-1836): área específica Santa Catarina. **Revista Eletrônica Amplamente**, Natal/RN, v. 3, n. 3, p. 488-507, jul./set., 2024.



GOMES, Luciano Costa. Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v.34, n.3, p.593-615, set./dez. 2017.

HARARI, Yuval Noah – *Sapiens: Uma breve história da humanidade*. São Paulo. Editora Companhia das letras, 2015

KÜHN, F. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 1ª. ed. Poto Alegre: Leitura XXI, 2002

LAYTANO, Dante. *Corografia da Capitania de Santa Catarina*. *Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 245, p. 3-187, out./dez. 1959.

LEAKEY, Richard E. *A origem da espécie humana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1955

LIBBY, Douglas Cole. *Protoindustrialização em uma Sociedade Escravista: o Caso de Minas Gerais*. In: SZMRECSÁNYE, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História Econômica da Independência e do Império*. 2ª. ed. revista. São Paulo: Hucitec, 2002.

LUZ, Aujor Ávila. *Santa Catarina: quatro séculos de história*. Florianópolis: Insular, 2000.

MAGALHÃES, Diogo Franco. *O reinventar da Colonia: um balanço das interpretações sobre a economia colonial brasileira*. 2008. 168p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

MALAVOTA, C. *Os africanos de uma vila portuária do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850*. 2007. 204 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGHPUC, Porto Alegre, 2007.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos em Santa Catarina: Escravidão e identidade étnica (1750-1850)*. In: FRAGOSO, João et al, organizadores. *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráficos e relações sociais no mundo português*. 2ª edição. Vitória: EDUFES, 2014

MARTINS, A. L. M. . *Notas sobre a demografia e a economia de Pernambuco nos idos de 1817*. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2017, Niterói.

Submissão: fevereiro de 2024. Aceite: março de 2024. Publicação: setembro de 2024.